



**Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**  
ISSN: 2316-9834  
revistageas@uninove.br  
Universidade Nove de Julho  
Brasil

Righi Dotto, Dalva Maria; Schirmer Feltrin, Thiago;  
Menezes Denardin, Adrielle Carine; de Medeiros Ruiz, Lúcio  
Sustentabilidade em organizações públicas: estudo de uma instituição federal de ensino brasileira  
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, vol. 8, núm. 2, 2019, pp. 235-259  
Universidade Nove de Julho  
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5585/geas.v8i2.1090>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471666116002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org  
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto



## Sustentabilidade em organizações públicas: estudo de uma instituição federal de ensino brasileira

             <img alt="ORCID icon" data-bbox="12174 178 12



## Sustainability in public organizations: study of a brazilian federal educational institute

### ABSTRACT

**Study objective:** was to verify the effectiveness of UFSM's (Federal University of Santa Maria) Sustainable Logistics Management Plan (SLMP) actions in the academic community, through the perception of its collaborators and students.

**Methodology / approach:** descriptive research with a quantitative approach.

**Originality / relevance:** this study presents its importance in the perspective of contributing with informations to base the adequation of the university's SLMP, as well as in expanding the practice of sustainable actions.

**Main results:** the results indicated the lack of knowledge expressed by a high percentage of the respondents about the SLMP implemented in the Institution as the main negative point, as well as about the webpage where are disclosed the actions already carried out and the actions foreseen about the environmental subject. However, the great majority affirms that it is important to practice sustainable actions and considers the subject to be relevant, which makes it possible to explore this positive tendency of acceptance and participation of the academic community to expand environmentally correct actions in the Institution.

**Theoretical / methodological contributions:** considering the importance of including sustainable practices in organizations, especially those of a public nature, the results of the study can be used by other public institutions, in order for the practices and projects developed aligned with sustainability.

**Conclusion:** the sustainability in public organizations has been practiced in a more embracing way with actions that include rationalizing the use of materials and services, and beyond that, can be perceived advances in the Brazilian legislation with sustainable regulations for proactive action, with the objective of optimizing the use of resources and providing benefits to society.

**Keywords:** Sustainability. Sustainable Logistics Management Plan (PLS), public organizations. Federal Educational Institute.

## Sostenibilidad en organizaciones públicas: estudio de una institución federal de enseñanza brasileña

### RESUMEN

**Objetivo del estudio:** verificar la efectividad de las acciones del Plan de Gestión de Logística Sostenible (PLS) de la Universidad Federal de Santa María en la comunidad académica, a través de la percepción de sus colaboradores y alumnos.

**Metodología / enfoque:** investigación descriptiva, con abordaje cuantitativo.

**Originalidad / relevancia:** la importancia de este estudio se centra en la perspectiva de contribuir con informaciones para subsidiar la adecuación del PLS de la Universidad y también para la ampliación de la práctica de acciones sostenibles.



**Principales resultados:** los resultados apuntaron como principal punto negativo el desconocimiento de un porcentaje elevado de encuestados sobre el PLS existente en la Institución y también de la página web en que se divultan las acciones ya realizadas y las acciones previstas en la temática ambiental. Sin embargo, la gran mayoría afirma que es importante practicar acciones sostenibles y considera relevante el tema, lo que posibilita la explotación de esta tendencia positiva de aceptación y participación de la comunidad académica para ampliar acciones ambientalmente correctas en esta Institución.

**Contribuciones teóricas / metodológicas:** considerando la importancia de incluir prácticas sostenibles en las organizaciones, destacadamente las de carácter público, los resultados del estudio pueden ser utilizados por otras instituciones públicas, con el fin de que las prácticas y los proyectos desarrollados estén alineados con la sostenibilidad.

**Conclusión:** la sostenibilidad en las organizaciones públicas ha sido practicada de forma más amplia con acciones que engloban la racionalización del uso de materiales y servicios, y además, se observa un avance en la legislación brasileña con reglas relativa a la sostenibilidad para una actuación proactiva, con el objetivo de optimizar la utilización de los recursos y proporcionar beneficios para la sociedad.

**Palabras-clave:** Sostenibilidad. Plan de Gestión de Logística Sostenible (PLS), organizaciones públicas. Institución Federal de Enseñanza.

## Introdução

É de conhecimento geral que a sustentabilidade vem sendo alvo de discussões e estudos em conferências mundiais, com destaque para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente ocorrida em 1972, em que foram abordados aspectos referentes à poluição e apontados como responsáveis pela degradação do planeta Terra a origem deste problema somada às questões demográficas, à escassez de recursos naturais e à miséria humana. A partir da década de 90, essa temática tornou-se mais relevante com a crescente preocupação de preservar o ambiente para as gerações futuras. Um dos principais momentos em que o tema sustentabilidade recebeu destaque mundial foi em 1992, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92). Esse evento contou com a participação de mais de 150 países e inúmeras ONGs, para discutir e apresentar temas como mudanças climáticas e diversidades biológicas.

Vale destacar que a sustentabilidade engloba o gerenciamento e a preservação dos recursos para as gerações futuras e, nessa perspectiva, contempla a harmonia entre o que é necessário para a atividade econômica na atualidade, sem comprometer ou restringir opções futuras (BARBIERI, 2007; ALTIERI, 2008; KATES ET AL, 2005).

Nas organizações, a ameaça à sobrevivência humana em face da degradação dos recursos naturais, da extinção das espécies e do aquecimento da temperatura, devido



principalmente à emissão de gases poluentes, fizeram com que a questão ambiental se tornasse destaque nos debates mundiais, propiciando o engajamento de empresas, governos e da comunidade. Para Tachizawa e Pozo (2007), há premência para que as organizações percebam que a sustentabilidade deve ser entendida como aliada aos negócios e que, no futuro, será obrigatória para a lucratividade e a durabilidade destes, ou seja, a sustentabilidade será uma oportunidade competitiva para a sobrevivência no mercado.

Dessa forma, a questão da responsabilidade das organizações frente à sustentabilidade é diagnosticada pela análise de como as empresas interagem com o meio em que elas habitam e praticam suas atividades. Essas práticas, sendo responsáveis ou não, irão definir a tomada de decisão por parte da organização e a estratégia de gestão, ou seja, se irá ou não respeitar as leis ambientais e sustentáveis vigentes e, também, quais os ganhos e as perdas relacionados ao mercado.

Desse modo, referente à sustentabilidade nas organizações públicas, em 1999, foi implantada a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no Brasil, com o objetivo de orientar os gestores públicos para a adoção de princípios e critérios de sustentabilidade em suas atividades; apoiar a incorporação de critérios de gestão socioambiental nas atividades públicas; promover a redução no uso de recursos naturais e eficiência de gastos institucionais; e contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública (BRASIL, 2009). Mais recentemente, no ano de 2012, tornou-se obrigatória para todos os órgãos públicos e entidades da Administração Pública Federal (diretas, autárquicas, fundacionais e empresas estatais dependentes), a implantação do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Entende-se que esse plano objetiva reduzir impactos socioambientais negativos, através de uma ferramenta de planejamento que os órgãos e entidades devem elaborar para implantação de práticas que incorporem a sustentabilidade e a racionalização de gastos públicos (BRASIL, 2012).

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), além de atividades relacionadas à sustentabilidade, que são realizadas de forma dispersa e por diferentes setores, existe uma Comissão que é responsável pelo Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Essa comissão foi implantada de acordo com a IN 10/2012 e criada com o propósito de definir prazos, responsabilidades e objetivos para que a Instituição possa estipular práticas de sustentabilidade que reflitam nos gastos e processos. Ademais, o plano prevê acrescer novas práticas de sustentabilidade e racionalização de usos de materiais e serviços, que incluem energia elétrica,



material de consumo, esgoto, água, coleta seletiva, deslocamento de pessoal e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Assim, considerando a relevância dessa temática, este estudo objetivou verificar na comunidade acadêmica a efetividade das ações do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal de Santa Maria, referente ao período 2013/2015, além de investigar a opinião dos colaboradores e alunos desta Universidade sobre ações sustentáveis. A pesquisa concentrou-se no referido PLS, pois foi o primeiro a ser implantado e os dados e as informações resultantes desta pesquisa foram utilizados para os ajustes e as melhorias pretendidas pela Universidade na discussão para a adequação e a ampliação de ações de sustentabilidade do PLS do período seguinte 2016/2018.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a importância deste estudo concentra-se na perspectiva de contribuir com informações para subsidiar a adequação do PLS da Universidade e, também, para a ampliação da prática de ações sustentáveis. Assim, os resultados do estudo podem ser utilizados por outras instituições públicas, no intuito de que as práticas e os projetos desenvolvidos tenham continuidade, com periodicidade de ajustes, com as melhorias necessárias e com a observância de que estejam alinhados com a sustentabilidade. Sabe-se que, além de implantar o Plano de Gestão de Logística Sustentável, cuja atribuição é obrigatória desde 2012, a adequação e a ampliação de ações práticas sustentáveis são consideradas muito importantes em todas as organizações públicas e, destacadamente, nas instituições de ensino, cuja principal atenção concentra-se na formação de pessoas que, ao apropriar-se de iniciativas sustentáveis, podem disseminá-las em atividades rotineiras e na sociedade.

## 1 Sustentabilidade nas organizações públicas brasileiras

É interessante salientar que a sustentabilidade ganhou maior evidência na década de 90, porém inúmeras conferências abordaram o assunto anteriormente, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em 1972 na cidade de Estocolmo. Nessa Conferência foram tratadas questões relacionadas à poluição, assim como foi enfatizado que a origem do problema não estava apenas nas questões demográficas, mas também nos recursos naturais, e afirmado que a miséria também soma para essa degradação (BRASIL, 2008).



Dessa forma, o relatório obtido nessa Conferência afirma que a sustentabilidade não deve ser entendida apenas como uma visão de pobreza e de dificuldades ambientais, mas também como uma nova oportunidade de crescimento econômico utilizando recursos existentes, destaca Donaire (1999). Em 1992, ocorreu um dos momentos mais importantes para a sustentabilidade mundial, que foi a CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como ECO 92 ou como a Cúpula da Terra, em que 150 países e inúmeras ONGs participaram, com o intuito de discutir e apresentar temas como as mudanças climáticas e as diversidades biológicas (BRASIL, 2008).

Desde então, a sustentabilidade vem sendo defendida mais intensamente, sendo um dos assuntos mais discutidos em vários níveis de conhecimento. Para Capra (2003 p. 33), “a Terra é nosso lar comum, e criar um mundo sustentável para nossas crianças e futuras gerações é uma tarefa para todos nós”. No entanto, a população como um todo, ou a maioria dela, não consegue identificar com clareza o que realmente significa sustentabilidade ou como ela pode ser útil nos dias de hoje. Em vista disso, pode-se verificar que para as mudanças de atitudes acontecerem, faz-se necessário um maior conhecimento dos indivíduos e uma maior conscientização, bem como novas atitudes.

Assim, a sustentabilidade, para Barbieri (p. 37, 2007), traduz-se na “preocupação constante com o gerenciamento e a preservação dos recursos para as gerações futuras, e um pacto intergerencial que se expressa nas preocupações quanto ao atendimento às necessidades básicas de todos os humanos”. De forma mais abrangente, para Altieri (p. 82, 2008), “sustentabilidade significa que a atividade econômica deve suprir as necessidades presentes, sem restringir as opções futuras.”

Descritas suscintamente, a sustentabilidade preconizada por Sachs (2002) deve possuir oito dimensões: (a) social (refletindo homogeneidade social num patamar razoável); (b) cultural (com equilíbrio entre tradição e inovação e a concepção de projetos nacionais integrados e endógenos); (c) ecológica (preservando o potencial do capital natural e limitando o uso dos recursos não renováveis); (d) ambiental (com a preservação de ecossistemas naturais); (e) territorial (prevendo o equilíbrio entre ambientes urbanos e rurais e desenvolver considerando a preservação de áreas ecologicamente frágeis); (f) econômica (desenvolvimento econômico entre diferentes setores de forma equilibrada, com segurança alimentar e modernização contínua de processos de produção e inserção na economia global preservando a nacionalidade); (g) política nacional (implantando e desenvolvendo projetos nacionais); e (h) política



internacional (garantindo a paz e a cooperação internacional e desenvolvimento com observação da igualdade de condições entre os países).

Vale dizer que, especificamente, nas organizações empresariais, a sustentabilidade tornou-se um assunto que origina grandes discussões sociais e ambientais e evidencia uma imagem intensa e concreta: organização sustentável é aquela que gera ganho para os acionistas, ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente e aumenta o progresso das pessoas. Com essa ênfase, a “sustentabilidade é gestão do negócio, de maneira a promover o crescimento e gerar lucro. Ela reconhece e facilita a realização das aspirações econômicas e não econômicas das pessoas de quem a empresa depende, dentro e fora da organização” (WEBER, 2007, p. 30).

Conforme Buainain (p. 51, 2006),

a noção de sustentabilidade incorpora uma clara dimensão social e implica atender também as necessidades dos mais pobres de hoje, outra dimensão ambiental abrangente, uma vez que busca garantir que a satisfação das necessidades de hoje não pode comprometer o meio ambiente e criar dificuldades para as gerações futuras. Nesse sentido, a ideia de desenvolvimento sustentável carrega um forte conteúdo ambiental e um apelo claro à preservação e à recuperação dos ecossistemas e dos recursos naturais.

Por conseguinte, as organizações foram percebendo que a sustentabilidade é relevante no meio empresarial para atender as expectativas dos consumidores e, também, quando notaram que suas produções poderiam afetar o ambiente, o que possivelmente colocaria em risco os recursos naturais necessários. Conforme Kotler e Keller (2010), a longo prazo é que as organizações percebem a relevância da sustentabilidade, pois é por meio dela que podem sobreviver ao mercado, atendendo a suas exigências.

A partir dos anos 80, com o Brasil inserido na nova ordem, a preocupação empresarial era de manter o foco na gestão de problemas sociais. O Instituto Ethos, que é uma organização sem fins lucrativos, auxilia as organizações e mantém seus negócios mais socialmente responsáveis, fazendo com que a comunidade, no entorno dessas empresas, se torne mais sustentáveis. Nessa perspectiva, existem muitas normas de sustentabilidade que as organizações podem aderir para adotarem melhores processos e se tornarem mais sustentáveis. Na Tabela 1 são citadas algumas normas relacionadas à sustentabilidade, vigentes na legislação brasileira sobre o meio ambiente.



Tabela 1 - Normas de sustentabilidade

NORMA GERENCIAL	ESCOPO	NATUREZA
NBR ISO 9001	Gestão de qualidade: regulamenta as relações cliente e fornecedor.	Econômica
NBR ISO 14001	Gestão ambiental: orienta a melhoria contínua por meio da mitigação dos impactos ambientais.	Ambiental
AS 8000	Regulamenta as relações entre organizações e seu ambiente interno.	Social
OHSAS 18001	Orienta a melhoria contínua da saúde e da segurança por meio de minimização dos riscos.	Social
AA 1000	Regulamenta as relações entre organizações e seu ambiente externo.	Social
GRI	Estabelece padrões para comunicação do desenvolvimento sustentável.	Social

Fonte: Barbieri, 2009.

Como pode ser observado, o conceito de sustentabilidade vem sendo tratado de forma estratégica pelas empresas no mundo todo, com o intuito de se manter consolidadas no mercado. Segundo Assaf Neto (2010), de uma maneira geral, a sustentabilidade empresarial protege o objetivo de potencializar o lucro, de uma forma que isso não interfira no meio ambiente.

Nesse sentido, as empresas precisam se tornar visíveis e servir de exemplos para as outras também adaptarem sua gestão no que tange à sustentabilidade. É essencial, para as empresas, ter sustentabilidade envolvida em seus processos, pois, dessa forma, torna-se mais fácil de se manterem ativas no ramo em que atuam, sendo bem vistas pela sociedade. Segundo Fortes (1999), as práticas de sustentabilidade empresarial devem ser divulgadas publicamente na perspectiva de que contribuam para que a empresa tenha sua imagem, sua marca e seu nome expostos de forma positiva para os consumidores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas, de modo que as práticas adotadas pelas empresas sejam proveitosas, não só para o meio ambiente, como também para serem mais consolidadas no mercado de atuação.

No Brasil, as normas legais pertinentes às questões ambientais iniciaram em 1981, com a Política Nacional do Meio Ambiente e, no decorrer do tempo, incluem regramento específico também para as organizações públicas. No Quadro 1 são apresentados alguns dos principais instrumentos legais brasileiros que contemplam normativas relacionadas ao meio ambiente.



Quadro 1 – Legislação brasileira sobre meio ambiente de 1981 a 2016

Normas	Descrição
Lei nº 6.938/81	Institui a Política Nacional do Meio Ambiente e estabelece definições legais sobre meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais. Esta Lei prevê a exigência de Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA) e o seu respectivo relatório (RIMA).
Constituição Federal de 1988	No artigo 225, há a afirmação do direito da sociedade a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e afirma que cabe à coletividade e ao poder Público defendê-lo e preservá-lo.
Lei nº 9.605/98	Lei dos crimes ambientais que discorre sobre a proteção efetiva do meio ambiente
Decreto nº 5.940/06	Estabelece a exigência de separação dos resíduos recicláveis dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.
Lei 12.187/2009	Institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas.
Lei nº 12.349/2010	Altera a Lei nº 8.666/93 (a Lei das licitações), sendo que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável se torna objetivo das licitações.
Lei 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
Instrução Normativa nº 1/2010	Instituída pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal;
ISO 2600	Estabelece diretrizes sobre responsabilidade social.
Lei 12.462/2011	Estabelece o Regime diferenciado de contratações públicas.
Recomendação CONAMA Nº 12/2011	Indica aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) a adoção de normas e padrões de sustentabilidade.
Decreto nº 7.746/2012	Determina a adoção de iniciativas, dentre elas a A3P, referentes ao tema da sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais bem como suas vinculadas.
Instrução Normativa Nº 10/2012 do MPOG	Estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela administração pública federal bem como suas vinculadas.

Fonte: MMA (n.d.)

Num escopo mundial, tem-se a Agenda 21 que é “um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica” (MMA, n.d.). Construída a partir



da Agenda 21 global, a Agenda 21 Brasileira foi entregue à sociedade em 2002 e foi consolidada através de consulta à população do país. Além disso, pode ser elaborada a denominada Agenda 21 Local, que prevê um planejamento participativo de um determinado território para a implantação neste espaço geográfico de um Fórum de Agenda 21, que se responsabiliza pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, com definição das prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazo. Esse Fórum deve ser composto pelo governo e pela sociedade civil e determinar os meios de implementação e as responsabilidades dos atores envolvidos.

As práticas de sustentabilidade empresarial verificadas na iniciativa privada foram, concomitante, disseminadas também nas instituições públicas. Segundo Birney et al. (2010) as organizações do setor público são fundamentais para a disseminação do desenvolvimento sustentável e devem assumir um papel de liderança no sentido de proporcionar aos cidadãos ações relacionadas à sustentabilidade, tanto em relação à educação da população, quanto ao incremento de práticas sustentáveis nos órgãos públicos que prestam serviços. Para tanto, os autores sugerem a adoção de uma abordagem sistêmica ao desenvolvimento sustentável para que o pensamento sustentável seja disseminado em toda a organização. Ao analisar as organizações no setor público do mundo que lideram a sustentabilidade, os autores identificaram nove ações-chave para os órgãos públicos, que são: (i) decidir precisamente o conceito de sustentabilidade e os motivos da importância para o setor público; (ii) construir redes dentro da organização, tanto vertical quanto horizontal, para compartilhar a aprendizagem e difundir as mudanças necessárias; (iii) realizar o que é prometido para incutir confiança no processo; (iv) compartilhar as experiências para desenvolver uma cultura de sustentabilidade com outras organizações, incluindo a construção de uma comunidade de prática para aprendizagem mútua das experiências; (v) criar uma cultura de aprendizagem, permitindo que as pessoas assumam riscos, experimentando e aprendendo com diferentes abordagens; (vi) executar projetos demonstrativos para dar visibilidade prática, engajando e criando confiança nos participantes do processo; (vii) construir a capacidade do pessoal para envolver as partes interessadas, através do consenso ou do gerenciamento do conflito; (viii) incorporar ações de sustentabilidade de acordo com a estrutura financeira, para demonstrar a compatibilidade entre a sustentabilidade financeira e meio ambiente e a sustentabilidade social; e, (ix) usar o desenvolvimento sustentável como uma ferramenta de inovação para projetar serviços mais eficientes, em colaboração com as pessoas envolvidas e demais partes interessadas (Birney et al., 2010).



É certo que o papel das organizações do setor público em relação à responsabilidade social pode ser verificado em duas dimensões: externa e interna. No que diz respeito à dimensão externa são identificados quatro modelos institucionais da responsabilidade das organizações do setor público: (a) observador, em que não há um líder responsável pela coordenação das atividades relacionadas à responsabilidade social corporativa e o ônus de promover esses conceitos recai sobre parceiros socioeconômicos; (b) patrono, em que também não há líder, mas o fardo de promover o conceito de responsabilidade social corporativa depende da administração pública; (c) promotor, que é caracterizado pela coordenação governamental de atividades promovendo o conceito de responsabilidade social corporativa (RSC) pela instituição, atuando como líder, além de ser responsável por diretrizes de publicação, padrões e outras formas de apoio ao desenvolvimento da responsabilidade social; e, (d) parceiro, cuja principal característica refere-se a presença de líderes governamentais e instituições que coordenam as atividades de outros ministérios, bem como órgãos ou centros consultivos para promoção da responsabilidade social. Simultaneamente, as ações do governo criam o quadro para iniciativas ascendentes de parceiros socioeconômicos envolvidos, levando a uma maior coerência de atividades e efeito de sinergia. A dimensão interna aplica-se às organizações do setor público, como entidades socialmente responsáveis, por causa dos esforços para construir confiança e transparência mútua, tanto nas relações com o ambiente externo, quanto no ambiente interno da organização. Essas atividades são projetadas para criar e estabelecer uma convicção sólida de que os fundos alocados para a administração devam ser utilizados de forma eficiente, proporcionando benefícios máximos para a sociedade (Hawrysz e Foltys, 2015).

No Brasil, considerando as dimensões externa e interna da responsabilidade social no setor público, um instrumento de grande valia e repercussão e relacionado à sustentabilidade nas organizações públicas encontra-se na Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, cujo programa tem como objetivos a orientação aos gestores públicos para a adoção de princípios e critérios de sustentabilidade em suas atividades; apoio a incorporação de critérios de gestão socioambiental nas atividades públicas; promoção de redução no uso de recursos naturais e eficiência de gastos institucionais; e contribuição para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública (Brasil, 2009).

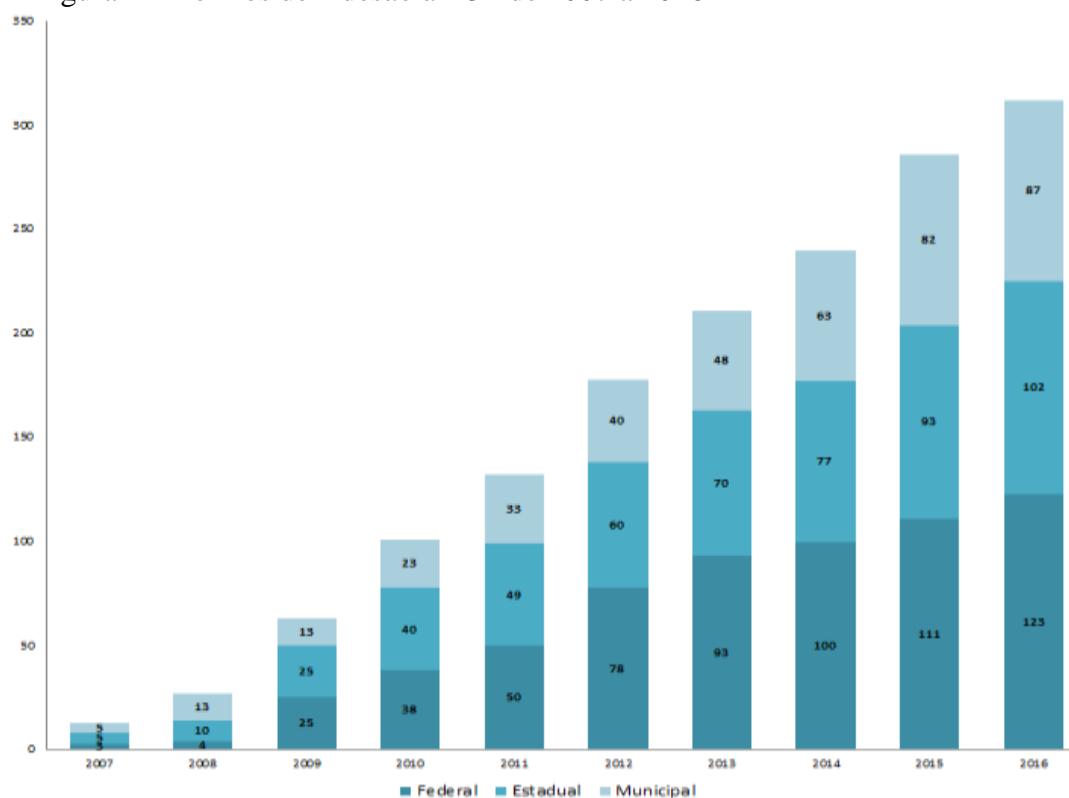
A adesão à A3P pode ser feita por qualquer instituição pública federal, distrital, estadual e municipal, é voluntária e inicia com a assinatura de um Termo de Adesão, com vigência de cinco anos não prorrogáveis, com a possibilidade de ser celebrado novamente ao final do



período. Nessa adesão, o Ministério do Meio Ambiente disponibiliza apoio técnico para implementação e operação da Agenda, material informativo gratuito, acesso à Rede A3P para troca de experiências entre os membros e acesso ao Ressoa (ferramenta de acompanhamento da A3P) e eventos de capacitação dos servidores, sem contrapartida financeira. Também existe uma premiação denominada Prêmio Melhores Práticas da A3P que reconhece os melhores projetos e visa dar visibilidade às iniciativas e incentivar outras instituições públicas para aderirem à A3P. O prêmio estende-se para quatro categorias: Gestão de Resíduos; Inovação na Gestão Pública; Uso/Manejo Sustentável dos Recursos Naturais; e Destaques da Rede A3P.

Fundamentado pela política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais significativos, a A3P estrutura-se em seis eixos temáticos prioritários: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis. De forma positiva, tem-se observado um crescimento constante na adesão de instituições públicas brasileiras a essa Agenda, com distribuição equitativa entre as esferas de governo federal, estadual e municipal, conforme se verifica na Figura 1.

Figura 1 – Termos de Adesão à A3P de 2007 a 2016



Fonte: MMA (n.d.)



Mais recentemente, no ano de 2012, tornou-se obrigatória para todos os órgãos públicos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e empresas estatais dependentes a implantação do Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS, que é:

uma ferramenta de planejamento que permitirá aos órgãos e entidades estabelecerem práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos através de um conjunto de projetos e diretrizes para a inserção de atributos sustentáveis na gestão da logística da Instituição, visando reduzir impactos socioambientais negativos (BRASIL, p. 01, 2012).

É interessante ressaltar que o estabelecimento das regras para elaboração do PLS é dado pela Instrução Normativa 10/12, ela descreve que devem ser determinadas metas, ações e prazos de execução, bem como mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações implementadas no referido Plano. Como conteúdo, deve conter uma atualização do inventário de bens e materiais e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição; práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços; responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do Plano; e ações de divulgação, conscientização e capacitação (BRASIL, 2012).

A Instrução Normativa 10/12 prevê que as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão contemplar, minimamente, os temas: (a) material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão; (b) energia elétrica; (c) água e esgoto; (d) coleta seletiva; (e) qualidade de vida no ambiente de trabalho; (f) compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e (g) deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes (Brasil, 2012).

As iniciativas do poder público brasileiro, para promover em suas organizações públicas ações práticas sustentáveis, correspondem a um movimento encontrado no setor público de muitos países, sendo que as abordagens de implementação em instituições públicas podem ser utilizadas o próprio governo como modelo, a exemplo da Holanda, ou delegando às organizações públicas a responsabilidade para elaborarem planos de ação. Tudo isso com o intuito de incutir práticas mais sustentáveis em suas atividades cotidianas, a exemplo da Alemanha (Brasil, 2012; Hawrysz e Foltys, 2015).



Nos EUA, houve um avanço na implementação de práticas sustentáveis entre as organizações, entretanto “a literatura sugere que o setor privado é mais avançado do que o setor público na abordagem desses desafios”, sendo que o estudo conduzido pela autora comprovou esta premissa, pois “há evidências de que o setor público está atrasado (...), particularmente no que diz respeito à medição, geração de relatórios e benchmarking dos resultados de sustentabilidade” (London, 2012, p. 147).

No Reino Unido, segundo Birney et al. (2010) a maioria das organizações do setor público concorda com a premissa de que as organizações do setor público são fundamentais para a entrega de desenvolvimento sustentável e, nas últimas duas décadas, desenvolvem uma série de políticas e estratégias para demonstrarem esse compromisso. Além do mais, alguns desenvolveram uma abordagem verdadeiramente integrada, com política, estratégia e recursos, num processo em que todos se encontram alinhados para alcançar a sustentabilidade.

Confirmando a importância da participação do setor público em prol da sustentabilidade, segundo estudo conduzido por Hawrysz, Foltys (2015), realizado com 118 organizações públicas europeias, foi constatado que 57% dessas possuem a política ambiental claramente definida com base nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável; 58% declaram que desenvolveram um programa para analisar e reduzir o impacto negativo de suas atividades no ambiente; e 56% afirmam que tratam como uma prioridade em suas ações os projetos ou programas voltados para o uso mais eficaz dos recursos naturais. Como resultado final os autores afirmam que mais da metade das organizações públicas pesquisadas têm políticas ambientalmente definidas sobre as intenções da organização em relação a o ambiente, sendo que estas políticas são fundamentais para todo o movimento de implementação da sustentabilidade e, inclusive, são utilizadas como ponto de partida para realizar ações ambientais e estabelecer princípios que guiarão a organização em questões relativas ao meio ambiente.

## 2 Procedimentos Metodológicos

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental para entendimento de aspectos gerais relacionados ao tema sustentabilidade e, mais especificamente, sua inserção nas organizações públicas brasileiras. Na sequência foram identificadas as principais características e elementos que compõem o Plano



de gestão de logística sustentável (PLS) 2013/2015 da Instituição pesquisada. A pesquisa concentrou-se nesse PLS por ser o primeiro e único implementado na UFSM e, também, devido à pretensão de contribuir na discussão para a adequação e a ampliação de ações de sustentabilidade para a redação do PLS 2016/2018. Assim, os dados e as informações resultantes da pesquisa foram utilizados nas melhorias pretendidas pela Universidade.

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa descritiva, que segundo Bervian (2007) é utilizada para observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los, procurando descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros. Esta pesquisa teve uma abordagem quantitativa (Malhotra, 2006), sendo que o público alvo foram os alunos, professores e servidores técnico-administrativos da UFSM, que totalizavam 34.135 pessoas. A amostra foi escolhida pela técnica probabilística por conveniência e totalizou 483 pesquisados (erro amostral de 5% e 95% de nível de confiança). A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado na ferramenta *Google Docs*, em que foi elaborado um formulário eletrônico, disponibilizado a toda a comunidade acadêmica. O questionário enviado em abril de 2016 foi desativado após dois meses, quando se atingiu o número mínimo necessário para configuração da amostra pretendida. Para a análise dos dados quantitativos foi utilizado o Software SPSS.

### 3 Análise de resultados

Os resultados deste estudo são apresentados em dois blocos, sendo que no primeiro se descrevem os principais elementos do PLS 2013/2015 da Instituição e, posteriormente, a opinião dos servidores em relação ao referido Plano e sobre aspectos gerais relacionados à sustentabilidade.

#### 3.1 Sustentabilidade na UFSM – PLS 2013/2015

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), além de atividades relacionadas à sustentabilidade que são realizadas de forma dispersa por diferentes setores, existe uma Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) que é responsável pela elaboração e adequações do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). O Plano de Gestão de Logística Sustentável, PLS 2013/2015, foi elaborado de acordo com a IN 10/2012 e possui



o propósito de definir prazos, responsabilidades e objetivos para que a mesma possa estipular práticas de sustentabilidade e refletir sobre gastos e processos (UFSM, 2013).

Por se tratar de um plano que abrange toda a Instituição, os objetivos, as diretrizes e os princípios demonstram que o PLS pretende, não só integrar as diversas ações realizadas pela Instituição em uma proposta unificada de gestão, mas também dar suporte ao planejamento estratégico da Universidade e beneficiá-la com uma estrutura adequada para o gerenciamento e para a coordenação do fluxo de materiais, de informações e de serviços. Propor estratégias para diminuir o desperdício de recursos em suas atividades e apoiar a Universidade no que se refere à Gestão Sustentável também são objetivos incluídos no Plano (UFSM, 2013). O plano prevê acrescer novas práticas de sustentabilidade e foi elaborado a partir das seguintes etapas: preparação, diagnóstico, planejamento, elaboração do documento referência, aprovação no Conselho Universitário e implementação e acompanhamento (UFSM, 2013).

Somado a isso, o PLS 2013/2015 contém 16 objetivos e 39 metas, sendo que cada uma das metas possui indicadores e um conjunto de ações para serem executadas. Vale destacar que os tópicos inclusos no Plano são a racionalização de usos de materiais e serviços. Tudo para alcançar aspectos relacionados à energia elétrica, ao material de consumo, ao esgoto, à água, à coleta seletiva, ao deslocamento de pessoal e à qualidade de vida no ambiente de trabalho, aos serviços de vigilância, limpeza e manutenção predial e paisagismo, obras e serviços de engenharia e equipamentos. Esses tópicos, com seus respectivos objetivos, estão descritos no Quadro 2.

Quadro 2 – Resumo PLS 2013-2014 - UFSM

Tópicos	Objetivos
Material de Consumo	Aumentar a compra e o consumo de produtos sustentáveis
Energia Elétrica	Racionalizar o consumo de energia elétrica
Água e Esgoto	Racionalizar o gasto com água e esgoto
Coleta Seletiva	Destinar corretamente os resíduos
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	Sensibilizar e conscientizar a comunidade universitária quanto às questões socioambientais
	Aumentar a segurança no ambiente de trabalho
Compras e Contratações Sustentáveis	
Metas Gerais	Implantar compras públicas sustentáveis
	Fomentar a compra compartilhada
Telefonia Móvel	Racionalizar o uso de telefonia móvel
Telefonia Fixa	Racionalizar o gasto com serviços de telefonia fixa
Serviços de Vigilância	Revisar os contratos e as normas internas de vigilância
Serviços de Limpeza	Revisar o contrato da prestação de serviços de limpeza
Serviços de Manutenção Predial e Paisagismo	Revisar os serviços de manutenção predial, reformas e paisagismo
Deslocamento de Pessoal	Reducir os gastos e emissões de substâncias poluentes



Obras e Serviços de Engenharia	Ampliar critérios sustentáveis nas obras e serviços de engenharia
Equipamentos	Ampliar a aquisição de equipamentos ecologicamente eficientes

Fonte: Ufsm (2013).

Paralelamente à implantação do PLS, a Instituição realiza uma campanha denominada UMA - Universidade Sustentável que está hospedada num link (*webpage*) do site da Instituição e informa sobre a sua atuação na preservação do meio ambiente. Essa campanha pretende alertar sobre a importância de valorizar água e energia, evitando o consumo excessivo e, também, ser um espaço pra divulgar ações cotidianas relacionadas ao meio ambiente da comunidade diretamente ligada à Instituição, tais como projetos de pesquisa, grupos de trabalho e ações de extensão, além de atitudes individuais dos usuários dos espaços públicos da Universidade. Destaca-se, também, que a Instituição está comprometida em desenvolver ações que diminuam o impacto ambiental das atividades nos campi e que a responsabilidade ambiental é uma tarefa coletiva e individual, pois depende de cada servidor, aluno e visitante, além de considerar a forma como realiza, cotidianamente, suas atividades (UMA, 2016).

Por conseguinte, as atividades dessa página incluem a promoção de iniciativas institucionais, com ações específicas de sustentabilidade nos campi da Instituição, coordenadas pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) e pela Comissão de Planejamento Ambiental (COMPLANA) (UMA, 2016).

### *3.2 A percepção dos servidores da UFSM sobre práticas de sustentabilidade e sobre o PLS 2013/2015*

Os resultados da pesquisa quantitativa sobre a percepção dos servidores da UFSM e envolvem práticas de sustentabilidade. Em relação ao PLS 2013/2015, foram analisados os quesitos: conhecimento sobre o tema sustentabilidade, descrição das práticas sustentáveis no ambiente doméstico e no local de trabalho/estudo e sugestão de ações sustentáveis que a Instituição pode/deve adotar.

#### a) Conhecimento sobre o tema sustentabilidade e o PLS/UFSM

O questionamento referente ao conhecimento da comunidade universitária sobre o tema sustentabilidade, demonstrou que, embora a grande maioria considera importante praticar a



sustentabilidade (96,7%), somente 75% responderam que conhecem plenamente o significado do termo sustentabilidade. Em relação ao Plano de Logística Sustentável, implementado na Instituição em 2013, observou-se que, após 3 anos de implantação, ainda é necessário ampliar sua divulgação para que ocorra uma disseminação adequada de seus preceitos. Os resultados da pesquisa demonstraram uma baixa adesão dos servidores, o que pode dificultar sua aplicação de forma plena. Observou-se que 85% dos respondentes não possuem conhecimento algum sobre o PLS e que 83% nunca ouviram falar do PLS.

A *webpage* UMA, que é uma ação conjugada com o PLS, também se mostrou inócuas, pois 84% dos respondentes afirmaram que nunca acessaram e, além disso, sequer têm conhecimento dessa página em que são divulgadas as ações e os materiais informativos sobre sustentabilidade.

b) Práticas sustentáveis no dia a dia e na Instituição

Verificou-se que, nas questões que tratavam das práticas diárias de ações consideradas sustentáveis, conforme o resultado da pesquisa, economizar energia elétrica é uma das ações realizadas, frequentemente ou sempre, por mais de 80% dos pesquisados. De forma contrastante as ações de separação de lixo reciclável e de utilização de papel reciclável, durante o dia a dia, mostraram-se com baixa adesão, percentuais de 31% e 57%. Também se verificou um número baixo de pessoas que nunca compram produtos ecológicos diariamente (15%), que não procuram reduzir o consumo de bens supérfluos (8%), além da pouca adesão ao deslocamento a pé ou de bicicleta, pois foi apontado que somente 10% das pessoas utilizam esses tipos de meio de locomoção (Tabela 2).

Tabela 2 - Práticas rotineiras em ações ligadas à sustentabilidade

Ações	Frequência das práticas				Total
	Nunca	Eventualmente	Frequentemente	Sempre	
Economizar água	0,2	9,5	50,5	39,8	100
Economizar energia elétrica	1,4	15,7	44,7	38,1	100
Usar papel reciclável	20,1	48,9	21,3	9,7	100
Separar o lixo reciclável	17,6	25,7	24	32,7	100
Comprar produtos considerados ecológicos	15,5	49,9	28,8	5,8	100
Reducir o consumo de bens supérfluos	7,9	41	34	17,2	100

Fonte: Dados da pesquisa.





As ações práticas relacionadas à sustentabilidade no local de trabalho mostraram-se adequadas para a maioria dos pesquisados nos itens relacionados à economia de energia elétrica, com a afirmação de que as luzes, ventiladores e/ou ar condicionado e o monitor do computador são desligados quando não utilizados. Além do mais, verificou-se a preocupação e cuidados com o desperdício de água e de copos descartáveis e uma utilização otimizada de papel para impressão e cópias de documentos. Os itens com menor adesão foram a utilização de papel reciclado e o uso de toalhas laváveis e reutilizáveis, para evitar o uso de papel toalha nos banheiros da Instituição (Tabela 3).

**Tabela 3 - Práticas relacionadas à energia, água, lixo e reciclagem no local de trabalho (%)**

Ações	Frequência das práticas				Total
	Nunca	Eventualmente	Frequentemente	Sempre	
Desliga as luzes, ventiladores, e/ou ar condicionado ao sair da sala	1,2	6,2	20,3	72,3	100
Desliga o monitor do computador quando faz uma pausa para descanso	11	23	24,6	41,4	100
Fecha a torneira de agua da pia do banheiro quando a encontra ligada	0,2	2,5	2,5	94,8	100
Utiliza papel reciclado nas suas impressões	36,6	41,6	16,8	5	100
Imprime ou faz cópia da maioria dos documentos em frente e verso	6,4	23,8	34	35,8	100
Utiliza caneca, copo, xícara ou garrafas reutilizáveis no lugar de copos descartáveis	7,5	16,1	37,5	38,9	100
Traz toalha de casa para evitar o uso de papel toalha nos banheiros da instituição	65,6	18,8	5	10,6	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Desse modo, a motivação/desmotivação para separar o lixo nos coletores instalados demonstrou percentuais altos de não utilização desse importante quesito para práticas sustentáveis na Instituição. Verificou-se que os principais motivos citados foram: 34,6% do total dos pesquisados acredita que o grande problema é a longa distância a percorrer até os coletores instalados pelo campus; 31,7% demonstra ter dúvidas sobre a real eficácia dessa ação; e 28,4% afirma que há falta de higiene nos coletores.

### c) Ações sustentáveis que a Instituição deveria adotar

Com relação às ações que a Instituição pode/deve implementar, no intuito de disseminar práticas ambientalmente corretas nos campi, 48% do total consideram muito importante a organização de eventos periódicos sobre temas ambientais e 44% acreditam que seria muito essencial, também, a implantação de um centro de educação ambiental, para ajudar na



conscientização da comunidade acadêmica. Quanto à implantação de cursos EAD diretamente ligados à sustentabilidade, 41% afirmou ser muito importante. Ações direcionadas a incrementar visitas técnicas a empresas que possuem um foco ambiental e a existência de grupos de pesquisa voltados para a temática ambiental foram os quesitos com maior percentual de entendimento dos pesquisados como muito importante. Por fim, encaminhar periodicamente, via *e-mail*, textos e sugestões sobre práticas ambientalmente corretas foi o quesito com menor percentual de importância registrado entre os pesquisados. Sobre o consumo de folhas e sobre a utilização de impressões, a maioria dos respondentes considera muito importante não só otimizar essas práticas, reduzindo o consumo e o desperdício, como também utilizar o papel reciclado, reutilizando os papeis descartáveis para fazer blocos de anotações e rascunhos. A utilização de ilhas de impressões para a diminuição de cartuchos e *tonners* também foi considerada uma prática importante e necessária (Tabela 4).

Tabela 4 – Atividades para disseminar a conscientização e a prática de ações sustentáveis (%)

Ações	Grau de importância				Total
	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante	
Organização de eventos periódicos sobre temas ambientais – Campanhas de sustentabilidade	0,2	10,1	41,6	48	100
Implantação de um centro de educação ambiental	2,1	13,7	40,2	44,1	100
Campanhas de divulgação do site ufsm.br/uma	1,9	12,8	39,5	45,8	100
Visitas técnicas dos estudantes a empresas que praticam a sustentabilidade	0,8	5,4	28,8	65	100
Existência de grupos de pesquisas voltados para a temática ambiental	0,8	6,6	30,8	61,7	100
Encaminhamento periodicamente, via <i>e-mail</i> , textos e sugestões sobre práticas ambientalmente corretas	4,8	20,9	38,5	35,8	100
Uso do papel reciclável	1	6,2	25,3	67,5	100
Papeis reutilizados para fazer blocos de anotações / rascunhos	0	2,1	19,5	78,5	100
Uso de ilhas de impressão para diminuição do consumo de cartuchos e <i>tonners</i>	1,7	7,5	36,4	54,5	100
Criação de cursos EAD de sustentabilidade na Administração Pública	3,7	15,3	39,8	41,2	100

Fonte: Dados da pesquisa.



Com relação à redução de consumo de água e energia elétrica, para a maioria dos respondentes é muito importante a existência de torneiras com sensor que diminui o desperdício de água, juntamente com a reutilização da água da chuva para limpeza e irrigação de jardins. A utilização de lâmpadas de baixo consumo, a implantação de controle de sensor de presença para ligar automaticamente a luz do ambiente e a existência de medidores de água e energia elétrica nos principais prédios são ações consideradas necessárias e muito importantes (Tabela 5).

Tabela 5 - Ações para reduzir o consumo de água e energia elétrica (%)

Ações	Grau de importância				Total
	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante	
Torneiras com sensor / temporizador que diminui o desperdício de agua.	0,6	5	16,8	77,6	100
Reutilização da agua da chuva para limpeza e irrigação dos jardins.	0	1,4	8,5	90,1	100
Implantação de medidores de água e energia elétrica nos principais prédios.	0,4	6,8	23,8	68,9	100
Lâmpadas de baixo consumo de energia (led).	0,2	1	10,1	88,6	100
Controle de sensor de presença, para ligar automaticamente a luz do ambiente.	1,7	5	17	76,4	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os itens que podem ser implementados pela Instituição, na opinião de um alto percentual de pesquisados, encontram-se ações relacionadas à infraestrutura, tais como: a implantação de painéis solares, a adoção de formas de obtenção de energia (biomassa, solar e eólica), a utilização de telhado verde e de sistemas de captação de água da chuva, a criação de áreas verdes e a pavimentação para infiltração de água da chuva. Também foram citados como muito importantes a utilização de infraestrutura adequada para implantação de sistema de tratamento de efluentes e esgoto, energia renovável e ventilação, iluminação natural e disponibilização de pontos de coletas para a reciclagem de sucata eletrônica.

Resumidamente, considerando os resultados da pesquisa, pode-se afirmar que o PLS da Instituição está adequado à legislação brasileira, conforme os preceitos previstos na Instrução Normativa 10/2012 e que os servidores da Instituição, embora emitam opiniões favoráveis ao tema sustentabilidade e muitas sugestões de melhoria em questões e aspectos relacionados à práticas ambientais adequadas, ainda carecem de informações sobre o PLS implantado e,



também, nas atividades rotineiras, colaboram de forma limitada com ações práticas relacionadas à sustentabilidade na Instituição.

Dessa forma, os resultados do estudo demonstram que a UFSM, através da implantação e das melhorias contínuas do Plano de Gestão de Logística Sustentável, colabora na dimensão interna com os preceitos da responsabilidade social, além de utilizar uma abordagem sistêmica, com a inclusão de toda a comunidade acadêmica, contribuindo para que o pensamento sustentável seja disseminado em toda a organização (Hawrysz e Foltys, 2015). Complementarmente, atende a premissa de Birney et al. (2010) que considera fundamental o envolvimento e a liderança de organizações públicas no processo de desenvolvimento sustentável e, no caso específico, por ser uma instituição de ensino, mais destacadamente, no papel de proporcionar educação à população. Também acrescenta-se que a Instituição pesquisada, a exemplo do estudo divulgado por Hawrysz e Foltys (2015) realizado em organizações públicas europeias, está seguindo a tendência mundial de implementação de uma política ambientalmente definida sobre as intenções da organização em relação ao ambiente, particularmente em organizações públicas.

## Considerações finais

Ao verificar a efetividade das ações do PLS/UFSM entre os integrantes da comunidade acadêmica da Instituição e a opinião desses sobre as ações sustentáveis foi constatado, como ponto positivo, o conhecimento, por parte da grande maioria do universo pesquisado, a respeito do significado do termo sustentabilidade. Os resultados indicaram que quase a totalidade dos entrevistados afirma ser importante praticar a sustentabilidade e considera esse tema um dos mais relevantes da atualidade.

Reforçando as práticas sustentáveis no dia a dia, a maioria dos entrevistados afirmou que economiza água e energia elétrica na sua vida cotidiana. Com isso, percebe-se que, além de considerar importante a sustentabilidade, há também reflexo em ações rotineiras. Complementarmente os entrevistados demonstraram que, também no ambiente de trabalho ou estudo, praticam ações que implicam em redução de água e energia, mais rotineiramente.

Para disseminar as práticas sustentáveis, as principais ações que a Instituição deve adotar, citadas pelos entrevistados, foram: organizar eventos periódicos sobre temas ambientais, instituir campanhas a respeito do tema sustentabilidade e campanhas de divulgação do site de



sustentabilidade da Instituição; realizar visitas técnicas e fomentar a organização de grupos de pesquisa com a temática.

Com relação à infraestrutura, os entrevistados, em sua maioria, consideram muito importantes os itens: utilização de painéis solares, telhados verdes, ventilação e iluminação natural, formas alterativas de obtenção de energia, sistema de tratamento de efluentes de esgoto, mobiliário com madeira certificada, implantação de rampas e elevadores para deficientes e disponibilização de ponto de coletas para reciclagem de sucata eletrônica. Destaca-se que os itens que foram percentualmente mais significativos referem-se à melhoria dos acessos para deficientes físicos, à coleta de sucata eletrônica e à implantação de tratamento de efluentes de esgoto.

Todavia, observaram-se pontos negativos, tais como a baixa utilização da separação seletiva do lixo, motivada por alguns fatores que podem ser controlados e descaracterizados pela Instituição, aumentando a implantação plena dessa prática. Outro aspecto frágil refere-se ao desconhecimento sobre o PLS da Instituição. Considera-se essa uma constatação preocupante, pois se acredita que nas instituições públicas de ensino existe um ambiente mais propício para disseminar práticas, ideias e ações positivas, com intuito de preservar o meio ambiente. Para minimizar ou resolver essa fragilidade, sugere-se que seja elaborado um plano eficaz de comunicação abrangente e que motive a comunidade acadêmica a conhecer, participar e praticar as ações que são previstas no referido PLS. Assim, seria interessante uma maior divulgação do PLS tal como divulgar mais amplamente a campanha UMA - Universidade Sustentável e o *link* do site em que está hospedada, local em que se encontram ações já realizadas e ações previstas na temática ambiental.

Interessante ressaltar que um ponto de relevância para o estudo foi o número significativo de sugestões espontâneas, o que revela um grande interesse da comunidade acadêmica pelo tema sustentabilidade. Nesse sentido, a Instituição pode explorar essa tendência positiva de aceitação e participação da comunidade acadêmica para ampliar ações ambientalmente corretas nas suas dependências, disseminando, de forma abrangente, junto aos seus estudantes e servidores, a prática e a cultura da sustentabilidade. Também pode ser induzida a criação de grupos de pesquisas interdisciplinares (entre vários cursos), possibilitando testar projetos com alternativas sustentáveis (telhado verde, prédios sustentáveis, áreas arborizadas, etc.) nas instalações do campus.

De maneira mais ampla, destaca-se o avanço na legislação brasileira relacionada à segurança ambiental do país e, mais especificamente, ao regramento referente à condução dos



cuidados com o meio ambiente nas organizações públicas a exemplo de outros países (London, 2012; Hawrysz e Foltys, 2015). Nessa perspectiva, a obrigatoriedade da implantação do plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS nos órgãos públicos e entidades da Administração Pública Federal (direta, autárquica, fundacional e empresas estatais dependentes brasileiras), pode ser considerada um avanço para a introdução da responsabilidade social na dimensão interna das organizações do setor público brasileiro (Hawrysz e Foltys, 2015) e reflete-se na ampliação da inclusão de práticas sustentáveis na administração pública, tanto no quesito consumo, como nos processos das atividades desenvolvidas. O PLS torna-se relevante, especialmente nas instituições públicas de ensino, devido ao papel que elas representam na disseminação da conscientização e de engajamento dos cidadãos que atuam como servidores (docentes e técnico-administrativos) e, também, nos alunos, para os quais exemplos positivos podem ser impulsionadores de práticas sustentáveis nos ambientes em que irão compartilhar no futuro como profissionais, o que corrobora com Birtey et al. (2010) e Hawrysz & Foltys (2015) que afirmam que as organizações públicas devem atuar de forma proativa, assumindo práticas de sustentabilidade, e que as atividades realizadas pelo setor público devem otimizar a utilização dos recursos para proporcionar benefícios máximos para a sociedade.

Somando-se ao exposto, ressalta-se que as práticas e os projetos desenvolvidos continuamente, com periodicidade de ajustes e melhorias necessárias, assim como prezar por iniciativas que estejam alinhadas com a sustentabilidade, contribuem de forma significativa na disseminação de ações práticas sustentáveis na comunidade acadêmica. Isso alcança os resultados almejados pela Instituição, com reflexos positivos, também, no cotidiano das pessoas que interagem com a Instituição e com a sociedade.

## Referências

Altieri, M. (2008). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Assaf Neto. (2010). *Finanças corporativas e valor*. São Paulo: Atlas.

Barbieri, J.C. (2007). *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva.

Barbieri, J. C.; Cajazeira, J. E. R. (2009). *Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática*. São Paulo: Saraiva.

Birney, A; Clarkson, H; Madden, P; Porritt, J; Tuxworth, B. (2010) *Stepping up - a framework for public sector leadership on sustainability*. Recuperado de <https://www.forumforthefuture.org/>. Acesso; 25 de maio de 2016.



Brasil. (2009). Ministério do Meio Ambiente. *Agenda Ambiental na Administração Pública*. 5<sup>a</sup> ed., Brasília, DF, 2009. Recuperado de: [http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf). Acesso em: 17/01/17.

Brasil. (2012). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. *Instrução Normativa nº 10*, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável. Recuperado de: <http://pesquisa.in.gov.br>. Acesso em 17/06/16.

Buainain, A. M. (2006). *Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*: questões para debate. Brasília: IICA.

Capra, F. (2003). Alfabetização Ecológica: o desafio para a educação do Século 21. In: Trigueiro, A. *Meio Ambiente no Século 21*: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante.

Cervo, A.L. (2007). *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Hall, 2007.

Donaire, D. (1999). *A internalização da gestão ambiental na empresa*. Revista de Administração USP, São Paulo.

Fortes, W.G. (1999). *Transmarketings* – estratégias avançadas de relações públicas no campo de marketing. São Paulo, Atlas.

Hawrysz, L.; Foltys, J. (2016) Environmental Aspects of Social responsibility of Public Sector Organizations. *Journal Sustainability*. Volume 8.

Kates, R.W.; Paris, T. M; Leiserowitz, A. A. (2005). *What is Sustainable? Development? Goals, Indicators, Values and Practice*. Environment: Science and Policy for Sustainable Development. São Paulo: Atlas.

Kotler, P.; Keller, K.L. (2010). *Administração de marketing*. – 12. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall.

London, L. (2012) *Sustainability in the private and public sectors: a comparison of motivators, actions, barriers and reporting of results*. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculty of the Graduate School. The University of Texas at Arlington.

Malhotra, N. (2006). *Pesquisa de marketing*: uma orientação aplicada. 4. Ed. – Porto Alegre: Bookman.

MMA (n.d.). Ministério do Meio Ambiente. *A3P em números*. Recuperado de: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/a3p-em-numeros>. Acesso em 21 de abril de 2017.

Sachs, I. (2002). *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Tachizawa, T; Pozo, H. (2007). Gestão socioambiental e desenvolvimento sustentável. REDE – *Revista Eletrônica do Prodema*. Fortaleza, v1, N1.

Ufsm. (2013). Universidade Federal de Santa Maria. *Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS 2013-2015*. Recuperado de: <<http://site.ufsm.br/>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

Uma. (2016). *Universidade Sustentável/UFSM*. Recuperado de: <<http://site.ufsm.br/>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

Weber, K. (2007). *A empresa sustentável*: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier.